

O presente Número Especial da *Revista Teoria e Prática da Educação* aborda o tema da Educação Indígena apresentando artigos provenientes de resultados dos projetos do Observatório da Educação Escolar Indígena/OEEI – Edital 01/2009 CAPES/DEB/SECADI/INEP, com contribuições de diversos pesquisadores que atuam em diferentes regiões do Brasil e no exterior. Contando com investigações provenientes de diferentes áreas do conhecimento, apresenta abordagens interdisciplinares que tematizam questões afetas à educação, cultura, línguas, história, ensino, aprendizagem, formação de professores, diversidade e organizações indígenas; permitindo uma ampla compreensão de como estão se dando os diferentes processos que envolvem os povos indígenas, a educação, as línguas, as organizações e atuações dos grupos na atualidade.

O financiamento da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o apoio da DEB – Diretoria de Educação Básica, da SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, somado à disponibilidade de dados estatísticos do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, tem incrementado os estudos na área de Educação Escolar Indígena possibilitando pesquisas de campo, uma ampla discussão com as comunidades indígenas, realização de inúmeros eventos e cursos, formação de novos acadêmicos e a participação de indígenas como pesquisadores nas universidades, favorecendo maior articulação entre a Educação Básica, o Ensino Superior e a Pós-Graduação.

Tanto na formulação dos projetos, como na coleta, sistematização e discussão dos dados, na escrita dos textos, nos eventos e na preparação de materiais didáticos bilíngues, a participação indígena se destaca. Acreditamos que assim está-se contribuindo para a formação de uma geração de intelectuais, lideranças e pesquisadores, de diferentes etnias, que assumirão, cada vez mais, espaços na formulação das políticas públicas nas quais estão envolvidos.

Decorridos 25 anos da Constituição de 1988 seguida de um forte aparato legal criado no Brasil em que se explicita a intenção de que se constitua uma educação indígena diferenciada, o momento atual implica a ampliação da formação de professores indígenas, a avaliação dos Projetos Políticos Pedagógicos; a reorganização das matrizes curriculares; o incremento de investigações sobre os saberes tradicionais indígenas e suas formas de transmissão; a elaboração de materiais de apoio didático-pedagógicos que contemplem diferentes linguagens (vídeos, documentários, músicas, livros e outros artefatos) potencializando a participação indígena.

A diversidade de instituições e temas presentes neste Número Especial, evidencia, então, importantes preocupações e direcionamentos que a pesquisa sobre a educação indígena tem apresentado no período atual. Evidencia também as diferentes configurações que os OEEI assumiram, de acordo com os temas que em cada contexto assumia relevância, e de acordo com a inserção institucional de cada OEEI. Em alguns casos, temas recorrentes que, apesar de identificados há tempo, continuam se constituindo como desafios – como o da alfabetização em língua indígena. Em outros, temos temáticas ou abordagens mais recentes, fruto do progressivo avanço no funcionamento das escolas indígenas e dos cursos de formação de professores indígenas.

O primeiro texto, *Violência y conductas de rechazo social en la escuela: Sus efectos en el estudiante indígena* aborda as formas de expressão da violência e das condutas de rejeição étnica e social na escola, dirigidas aos estudantes indígenas que formam parte de estabelecimentos escolares urbanos de ensino tradicional no Chile. Entre os resultados da pesquisa verificou-se a existência de formas de violência verbal, física e psicológica. As formas de violência verbal e psicológica foram as de maior frequência e representam, principalmente, expressões de ridicularização, ofensas estereotipadas, desvalorização, apatia, menosprezo e exclusão social. Os resultados do estudo mostram a urgente necessidade de avançar – nos estabelecimentos

escolares urbanos com alta população indígena – em direção aos valores de uma educação intercultural, capaz de valorizar a diversidade cultural presente nas escolas.

O segundo texto, *Participação e aprendizagem nos projetos sociais do povo Indígena Xakriabá – explorando possibilidades de análise* retoma parcialmente uma pesquisa concluída em 2012, na qual foram investigadas práticas de associativismo do povo indígena Xakriabá, focalizando a participação dos sujeitos na elaboração, implantação e gestão dos projetos sociais. Foram tomadas para análise as reuniões (enquanto espaços locais de condução das atividades), explorando as relações de poder, as mediações exteriores às comunidades nos contatos com os agentes externos e a presença da escrita. Constatou-se que a forma de participação dos sujeitos é delineada e vivenciada, dentre outros fatores, a partir das concepções engendradas nas relações de poder local, sendo que elas mesmas fazem parte do movimento provocado pelo associativismo e pelos projetos sociais.

O terceiro texto *Desafios para a autonomia na educação escolar indígena* apresenta e discute os dados levantados nas atividades realizadas pelo Observatório da Educação Escolar Indígena por meio do projeto “Autogestão e processos próprios de aprendizagem: desafios para uma educação escolar indígena com autonomia”. São instituições de Educação Básica e cada escola pertence a uma etnia que vive no estado de Santa Catarina e que possuem, em sua trajetória, significados importantes para o desenvolvimento da pesquisa, tais como: pioneirismo, demanda, relações internas e externas e suas histórias. Neste relato parcial das atividades, constam, especialmente, as características das instituições e da comunidade, os recursos humanos e a importância da escola no contexto da aldeia na qual está inserida.

O quarto texto *Formação de professores Guarani e Kaiowá: relações entre territorialidade, processos próprios de aprendizagem e escola* traz uma apresentação preliminar dos resultados do Projeto do Observatório de Educação Escolar Indígena (submetido ao Edital 001/2009-CAPES/DEB/SECAD/INEP, *Formação de professores indígenas guarani e kaiowá em Mato Grosso do Sul: relações entre territorialidade, processos próprios de aprendizagem e educação escolar indígena*. A intenção de trazer este tema da formação de professores indígenas tem como objetivo permitir diversos olhares para um terreno que tem como última instância a prática pedagógica em contextos socioculturais particulares, assim como promover maior visibilidade à educação indígena.

O quinto texto *A função social das línguas indígenas nas políticas linguísticas de práticas pedagógicas de educação bilíngue intercultural* tem como objetivo mostrar como as pesquisas realizadas por meio do Observatório da Educação Escolar Indígena, articuladas com as pesquisas do Estágio e do Projeto Extraescolar do Curso de Licenciatura Intercultural de Formação de Professores Indígenas da Universidade Federal de Goiás, contribuem para a melhoria da educação escolar indígena da região Araguaia-Tocantins.

O sexto texto *O processo de aquisição de leitura e escrita pelas crianças indígenas Apinayé* discute a importância dos conhecimentos da Linguística para os professores indígenas alfabetizadores bilíngues, com base na concepção de Cagliari (1999), segundo o qual o processo de leitura e escrita constitui-se em atos linguísticos que são indispensáveis a quem ensina a ler e escrever, levando em consideração a natureza, as funções e o uso da escrita. Considera a importância de se partir da capacidade de análise da linguagem oral que as crianças indígenas Apinayé trazem consigo quando chegam à escola, para ensiná-las a escrever, evitando-se, assim, dificuldades de aprendizagem. Analisa a questão da relação fala/escrita como realidades indígenas diferentes e reflete sobre o erro como exercício de elaboração de hipóteses na construção da escrita.

O sétimo artigo *Os Tembé-Tenetehara, a educação escolar indígena e os Territórios Etnoeducacionais* tem como objetivo refletir sobre a importância da educação escolar como instrumento político para alcançar outros patamares da vida social, com a possibilidade de intervir na vida comunitária, mediante o fortalecimento da identidade. O processo de luta por educação de qualidade e acesso aos demais níveis de ensino tem levado os Tembé-Tenetehara a realizar ações junto ao MPF em busca do diálogo com as instituições de governo. O modelo dos Territórios Etnoeducacionais pode ser uma das possibilidades de encaminhamento das questões relativas à educação escolar enfrentada pelos Tembé-Tenetehara.

O oitavo texto *A importância da arte para a aprendizagem e o desenvolvimento na educação escolar indígena* tendo como fundamento a teoria Histórico-Cultural elaborada por Vygotski, Lúria, Leontiev e outros, aborda a educação escolar e o relevante papel que ela exerce na formação humana ao envolver ações intencionais e sistematizadas que favorecem a ampliação dos conhecimentos aliando transmissão, incorporação, criação e ampliação de saberes culturais, técnicos e científicos. Discute-se como a arte, presente em todas as culturas humanas e nos currículos escolares, quando conduzida adequadamente contribui com o mais amplo desenvolvimento das funções psíquicas superiores favorecendo aos sujeitos envolvidos no processo, crianças, jovens e adultos, maiores possibilidades de compreensão e atuação sobre a realidade vivida.

O nono texto *O que podemos aprender sobre os povos indígenas em apostilas de História/Ensino Médio do Sistema de Ensino Ser* discute algumas representações de povos indígenas constituídas em apostilas do sistema de ensino SER, produzidas e comercializadas pelo Grupo Abril e endereçadas aos professores de História do Ensino Médio. Na análise, observou-se que, apesar das visíveis mudanças na roupagem das apostilas – quando comparado ao tradicional livro didático –, a narrativa histórica mantém-se alicerçada em uma periodização eurocêntrica. Por um lado, são verificadas simplificações semânticas e estereótipos, ao abordar as culturas e formas de viver indígenas e a naturalização de um lugar social subordinado para estes povos e suas culturas, em relação ao modo de ser europeu. Por outro lado, no texto das apostilas, destacam-se pontualmente episódios que evidenciam a resistência indígena, como também algumas formas atuais de luta pela garantia das terras e pela conquista de direitos específicos.

O décimo texto *A educação escolar indígena e o Atendimento Educacional Especializado nos documentos da política educacional dos anos de 1990* discute as relações entre Educação Escolar Indígena (EEI) e Atendimento Educacional Especializado (AEE) a partir da análise do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), documento formativo, amplamente divulgado no âmbito das políticas públicas dos anos de 1990 e que contém orientações e subsídios para a área. Com uma matriz teórica baseada no materialismo histórico, que pressupõe a análise dos documentos articulada à compreensão da sociedade capitalista e suas formulações ideológicas que dão base à elaboração das políticas educacionais, conclui-se que os documentos não estabelecem relação entre a EEI e o AEE e que, apesar da generalização existente na legislação pertinente, faltam políticas e ações específicas para a efetiva inclusão e acesso à escola para essas populações.

O décimo primeiro texto *Atuação dos Professores Indígenas egressos de cursos superiores no estado de Mato Grosso* tem como objetivo apresentar os dados coletados e processados sobre a atuação dos professores indígenas egressos das Licenciaturas Interculturais da UNEMAT, obtidos por meio de observação participante, utilizando-se de visitas às aldeias, entrevistas formais e informais, anotações em diários de campo, gravações em áudio e registro fotográfico. Como resultados, a pesquisa identificou avaliações positivas provenientes de professores, pais e alunos, como a manutenção e valorização da história e da cultura das etnias, além de dificuldades a serem superadas, como a falta de disponibilização de materiais didáticos. Foram levantadas demandas de formações almejadas, sendo destacada a pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado.

O décimo segundo texto *Educação superior indígena, literatura ameríndia e Grupo de Inglês para Indígenas na UFScar: alguns relatos* apresenta relato de pesquisa de perfil colaborativo e participativo que vem sendo empreendida junto ao Departamento de Letras da UFSCar. A pesquisa tem envolvido graduandos indígenas, já que a universidade em pauta conta com o Programa de Ações Afirmativas e com a existência de vestibular diferenciado para indígenas. Este relato envolve: reflexão sobre a forma de ingresso e permanência de graduandos indígenas na UFSCar, comparando com algumas características presentes em universidade canadense com a qual firmou-se recentemente Memorando de Entendimento; relato sobre estudos em Literatura Ameríndia e sua pertinência no processo de empoderamento; relato de curso inovador de Inglês para estudantes indígenas.

O décimo terceiro texto *O Observatório da Educação Escolar Indígena e a Experiência Piloto de formação de mestres e doutores indígenas em Linguística Teórica, Descritiva e Histórica no Brasil* reúne reflexões sobre a formação em linguística, em nível de pós-graduação, de professores e pesquisadores

indígenas e não indígenas, tendo como referência as necessidades prementes do ensino das línguas indígenas nas escolas das aldeias e da formação de professores nos diferentes níveis de ensino para a tarefa de ensinar essas línguas, conhecendo-as também em uma perspectiva linguística, isto é, científica. As reflexões apresentadas tomam por base observações feitas durante o desenvolvimento das ações do projeto – oficinas, cursos de extensão, produção de material didático, produção de DVDs e CDs de músicas, disciplinas linguísticas – todas voltadas para a documentação, análise, descrição e o ensino das línguas indígenas brasileiras, com a fundamental e esclarecida participação de professores pesquisadores indígenas das respectivas etnias.

No artigo *Educação Escolar Indígena: interculturalidade e cosmovisão na revitalização da língua e cultura Xokleng/Laklãnõ* apresenta-se uma síntese das ações e interações desenvolvidas junto ao povo Xokleng/Laklãnõ, da Terra Indígena Laklãnõ, em SC, vinculando-se a projeto financiado pelo Programa Observatório da Educação Escolar Indígena (CAPES/DEB/SECAD/INEP). Relata desafios enfrentados para desencadear a revitalização da língua e cultura desse povo por meio da educação escolar. Apresenta uma síntese da história milenar desse povo e o processo de silenciamento e genocídio a que foram submetidos. Além disso, realiza uma análise da realidade do contexto escolar na perspectiva da interculturalidade e da cosmovisão que, por sua vez, identifica essa comunidade originária como povo.

O texto *A identidade indígena Puyanawa no contexto escolar do Acre* analisa a educação escolar no contexto cultural indígena, da Escola Estadual Indígena Ixubãý Rabuy Puyanawa, junto ao povo Puyanawa, situada na zona rural do município de Mâncio Lima, Acre, na Amazônia Ocidental. Foi realizado estudo etnográfico e os instrumentos para a coleta dos dados empíricos foram: observação participante, entrevistas e análise documental. Para a análise dos dados, fundamentou-se em autores como Stuart Hall (2006), Terezinha Maher (1996), Magda Soares (2001), entre outros, uma vez que essas chaves de leitura são propiciadoras de um trabalho pedagógico e de formação docente mais abrangente e flexível para instituir uma política cultural, preocupando-se com as questões relacionadas às diferenças culturais, ao poder, à história e à identidade dos povos indígenas.

Este conjunto variado de contribuições aponta para a necessidade da continuidade dos OEEI, levando em conta a sua importância como parte das políticas públicas que devem concorrer para a progressiva consolidação da educação escolar indígena em diferentes níveis. Continuidade de forma a promover a integração das diferentes dimensões e instituições – das escolas indígenas nas aldeias aos cursos específicos e grupos de pesquisa nas universidades.

Ana Maria Rabelo Gomes – FAE/UFMG-MG
Maria Simone Jacomini Novak – UNESPAR/FAFIPA-PR
Rosângela Celia Faustino – DTP/UEM-PR